

11º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
31 de julho a 3 de agosto de 2018, Curitiba (PR)

Área Temática: Sociologia Política

BANCADA EVANGÉLICA NA CAPITAL MINEIRA: perfil confessional, atuação parlamentar e produção de controvérsias públicas no legislativo municipal

Vítor Corrêa Aleixo
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Com o propósito de compreender as consonâncias da produção e propagação de controvérsias públicas com o perfil confessional e a atuação parlamentar dos representantes da bancada evangélica na Câmara Municipal de Belo Horizonte, essa pesquisa se dirige ao “Programa Escola Sem Partido” e às decisões políticas contrárias à comunidade LGBTIQ na legislatura corrente. Para isso, mapeia as trajetórias sociobiográficas dos vereadores, analisa as especificidades do ativismo político e do proselitismo eleitoral por grupo religioso e averigua a formação de alianças partidárias e confessionais em torno de controvérsias centradas no currículo escolar e na questão de gênero. Destaca-se que na capital de Minas Gerais, estado considerado um dos bastiões do catolicismo no Brasil contemporâneo, a bancada evangélica soma quase 30% dos vereadores e abrange cinco confissões com expressivas memberships no mercado religioso local: Igreja Batista, Igreja do Evangelho Quadrangular, Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Presbiteriana.

Palavras-chave: Bancada evangélica. Atuação parlamentar. Controvérsias públicas. Poder legislativo municipal. Belo Horizonte.

BANCADA EVANGÉLICA NA CAPITAL MINEIRA: perfil confessional, atuação parlamentar e produção de controvérsias públicas no legislativo municipal

Vítor Corrêa Aleixo¹

Introdução

Das eleições de 1982 a 2016, atrelada às profusas dinâmicas na esfera política e no campo religioso brasileiro, a bancada evangélica na capital mineira expandiu seu número de representantes e diversificou seu perfil confessional. Até a virada do século, integrava pouco mais de 10% dos parlamentares de três denominações evangélicas, contudo, no último pleito atingiu quase 30%, pertencentes a cinco confissões distintas – uma pentecostal clássica, uma pentecostal de cura divina, uma neopentecostal e duas protestantes com vertentes históricas e renovadas. Essa singular e significativa composição do legislativo municipal, reforçada por alianças partidárias e confessionais com católicos, espíritas e demais vereadores alinhados às mesmas pautas religiosas, morais e comportamentais, refletiram na irrupção e visibilidade de controvérsias no início do mandato 2017-2020, envolvendo articulações políticas avessas à intitulada “ideologia de gênero”, à comunidade LGBTIQ e favoráveis à implementação no sistema educacional belo-horizontino do “Programa Escola Sem Partido” (MACEDO, 2017; PRANDI; SANTOS, 2017; MARIANO, 2016; MONTERO, 2012; FRESTON, 2010, 1999).

Esse estudo de caso dedicado à bancada evangélica na Câmara Municipal de Belo Horizonte tem como objetivo geral compreender em que medida a atuação parlamentar e o perfil confessional influem na produção e difusão de controvérsias públicas, com destaque ao “Programa Escola Sem Partido” e às decisões políticas contrárias à comunidade LGBTIQ. Desse modo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) mapear as trajetórias sociobiográficas dos vereadores eleitos em 2016, tendo em vista atividades parlamentares, número de mandatos, filiação partidária, vínculo religioso e funções eclesiais; b) analisar os matizes do ativismo político e do proselitismo eleitoral nas últimas legislaturas com base em traços identitários, eclesiais e doutrinários de grupos religiosos; c) investigar a formação de alianças políticas, partidárias e confessionais entre os representantes do legislativo belo-horizontino, bem como as tensões com vereadores opositores e movimentos sociais, em torno das controvérsias públicas voltadas ao currículo escolar e à questão de gênero.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela UFMG. Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1625290496736594>>. Agência de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: <vcalleixo@gmail.com>.

Essa pesquisa se apresenta como exploratória por se voltar a um fenômeno político e religioso em um contexto regional pouco investigado, a bancada evangélica no legislativo municipal da capital mineira. É certo que, nas últimas três décadas, diversos e destacados estudos empíricos foram realizados em outras capitais e unidades federativas brasileiras (MACHADO, 2012; ORO, 2003a; PIERUCCI; PRANDI, 1996; FRESTON, 1993), porém, Belo Horizonte e Minas Gerais contam com poucos estudos no âmbito das Ciências Sociais. Não obstante o expressivo protagonismo cristão na esfera política e o fato de encenarem como a capital e o estado com maior percentual de católicos da Região Sudeste, com um panorama sociorreligioso semelhante a outras unidades federativas do Nordeste e Sul conhecidas como os bastiões do catolicismo no Brasil contemporâneo (ANTONIAZZI, 2004). Sendo assim, essa pesquisa exploratória tem como intuito oferecer novos subsídios empíricos e analíticos ao campo de estudos centrados nos contornos da laicidade estatal brasileira e no envolvimento de atores religiosos no espaço público. Para isso, articula um enfoque tanto descritivo quanto explicativo, ao traçar uma análise descritiva das trajetórias sociobiográficas dos vereadores, das formas de ativismo político e de táticas concorrenciais por grupo religioso, e das tensões e alianças políticas, partidárias e confessionais entre representantes do legislativo municipal, com vistas a desvelar as consonâncias do perfil confessional e da atuação parlamentar dos integrantes da bancada evangélica com a construção e propagação de controvérsias públicas (MACHADO, 2015; MONTERO, 2012, 2009; GIUMBELLI, 2008; HABERMAS, 2007).

O levantamento dos dados sobre os atores individuais e coletivos, representantes políticos, denominações evangélicas e alianças partidárias, fundou-se em fontes bibliográficas e documentais, abrangendo pesquisas voltadas às relações entre esferas religiosa e política, reportagens sobre as corridas eleitorais, composição da bancada evangélica e produção de controvérsias públicas, projetos de lei, proposições parlamentares e arquivos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com informações relativas ao número de votos, eleitos e suplentes, número de legislaturas, filiações e coligações partidárias. A pesquisa documental abarcou também artefatos religiosos que circulam pelos grupos religiosos e predominam na mídia gospel, como livros, cartilhas, jornais, revistas, panfletos, CDs, DVDs, programas online, televisivos e radiofônicos, blogs, websites, canais do YouTube, páginas em redes sociais etc. Dessa forma, esse desenho metodológico atento a diversas fontes, guiado por um enfoque qualitativo e pela análise de discurso, compôs um acervo privilegiado de dados sobre o perfil parlamentar e confessional da bancada evangélica e sobre a economia material e simbólica das denominações investigadas, revelando assim as estratégias legitimadoras da inserção política e técnicas de proselitismo eleitoral, mas, sobretudo, os intercâmbios e hibridizações entre formações discursivas seculares e religiosas, políticas e doutrinárias, laicas e teológicas, evidenciadas na emergência e decurso de controversos embates sociorreligiosos na capital mineira (BERGER, 2017; MACEDO, 2017; MARIANO, 2016, 2011).

Bancada evangélica e controvérsias públicas na capital mineira

Se comparada às últimas sete legislaturas do período democrático, nas eleições de 2016 os candidatos evangélicos alcançaram a maior representatividade na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Atualmente, correspondem a quase 30% do total de parlamentares, 12 dos 41 vereadores, com vínculos confessionais divididos por cinco denominações evangélicas: duas protestantes com vertentes históricas e renovadas, Igreja Batista e Igreja Presbiteriana; uma pentecostal clássica, Assembleia de Deus; uma pentecostal de cura divina, Igreja do Evangelho Quadrangular; e uma neopentecostal, Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), essas cinco confissões possuem numerosas memberships na capital mineira, o que contribui com a maior eficácia do proselitismo eleitoral e incremento do capital político. Sendo que a Igreja Batista detém o maior número de filiados evangélicos, tanto de missão quanto de origem pentecostal, mais de 130 mil adeptos, a Igreja do Evangelho Quadrangular encena como a maior pentecostal, somando mais de 65 mil, a Assembleia de Deus aparece em segundo lugar com quase 45 mil e a Igreja Universal do Reino em terceiro com 27,5 mil fiéis. Ao passo que a Igreja Presbiteriana, embora menor do que as concorrentes pentecostais, com cerca de 13,5 mil membros autodeclarados, consta como a segunda maior religião evangélica de missão.

No transcorrer dessa pesquisa foi possível identificar que 50% dos vereadores que integram a bancada evangélica na legislatura de 2017 a 2020 se declararam pertencentes à confissão batista, 16,7% à quadrangular, 16,7% à iurdiana, 8,3% à assembleiana e 8,3% à presbiteriana. Apesar do contingente de membros se tratar de uma dimensão central para se compreender o desempenho dos candidatos e grupos evangélicos nas campanhas eleitorais, não explica isoladamente a representatividade alcançada no legislativo municipal por cada denominação. Vale frisar que a representação na CMBH não reflete, idêntica e diretamente, o panorama sociodemográfico das filiações religiosas na capital mineira, visto que confissões com maiores memberships apresentaram um número inferior ou igual de representantes eleitos do que suas concorrentes menores, conforme os casos dos quadrangulares, assembleianos, iurdianos e presbiterianos. Outros fatores relativos ao âmbito individual, como carisma pessoal e capital simbólico imbricados nas trajetórias sociobiográficas dos atores político-religiosos, ao âmbito institucional, como perfil eclesial, escopo doutrinário, arranjo associativo e modelo de governo eclesiástico, e ao âmbito político, como atuação parlamentar, filiação e coligação partidária, número de mandatos e representantes eleitos para cargos dos poderes executivo e legislativo, figuram como dimensões fundamentais para se elucidar a atual composição da bancada evangélica belo-horizontina e seus reflexos na esfera política e no espaço público (MACHADO; BURITY, 2014; MARIANO; ORO, 2009; ORO, 2003a).

No que tange à distribuição partidária, nota-se a predominância de filiações situadas no espectro ideológico ao centro e à direita (PHS, PMDB, PP, PR, PRB, PSC, PSD, PSDB, PTC, PTdoB), e somente uma centro-esquerda (PSB), refletindo um ativismo político-religioso conservador, principalmente, quando envolve questões morais relativas à família, gênero e rigor comportamental (PRANDI; SANTOS, 2017; MARIANO, 2016; NATIVIDADE, 2006). Não se encontra uma tendência das denominações em aderirem a um único partido, o que indicaria certa afinidade entre ideologia partidária e identidade religiosa, ao contrário, a maior parte dos vereadores apresenta uma filiação em particular, exceto o PSDB com dois representantes de igrejas distintas, batista e quadrangular. Esse considerável pluralismo partidário, mesmo que inclinado ao centro e à direita, aponta para escolhas pragmáticas guiadas mais por potenciais benefícios do sistema eleitoral proporcional, do que por uma partilha ideológica ou fidelização partidária – fenômeno que se soma ao intenso trânsito partidário nos últimos mandatos. Por sua vez, os vínculos religiosos se mostram mais estáveis e influentes na atuação parlamentar, com destaque a 66,7% dos eleitos da bancada evangélica que ocupam cargos eclesiásticos, pastores titulares, pastores auxiliares e missionários, enquanto que 33,3% são líderes leigos e membros batistas. Ademais, cabe salientar que o campo político-religioso da capital mineira traz certas singularidades que destoam do cenário nacional e de outras capitais e unidades federativas, particularmente, no que se refere à presença tradicional católica, à proeminência representativa batista e ao pioneirismo político quadrangular que remonta ao pleito de 1982, ainda nos marcos do processo de abertura da ditadura militar.

De um ponto de vista mais estritamente político, pode-se mencionar o impacto da mobilização social nos últimos anos da ditadura militar, facilitada pela relativa liberalização do regime (retorno ao pluripartidarismo, restabelecimento do calendário eleitoral com exceção da Presidência da República, diminuição da repressão ao movimento sindical e aos movimentos sociais populares). Esse impacto significou pelo menos três coisas para o pentecostalismo: a) a percepção de uma oportunidade de sair da invisibilidade e reclamar o acesso à esfera pública institucional que outros setores emergentes começavam a ter; b) a emergência de uma agência interna empurrando para a publicização como caminho para a saída da condição de minoria política e culturalmente subalternizada, e questionando o apoliticismo; c) a confrontação com os setores mais “avançados” dos movimentos sociais – movimento feminista, negro, ambientalista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) – e com o mundo da esquerda partidária, cujas bandeiras desafiavam a autocompreensão pentecostal da política e da participação social (MACHADO; BURITY, 2014, p. 604-605).

Mobilizados pelos esforços do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em aglutinar lideranças da sociedade civil, em sintonia com a transição lenta, gradual e segura rumo à democracia, e visando superar a falta de legitimação do pentecostalismo de cura divina no espaço público, alvo da intolerância de uma população católica majoritária e de repressões policiais desde o início da Cruzada Nacional de Evangelização (CNE) na década de 1950, os pastores quadrangulares Mário de Oliveira e Antônio Genaro ingressaram na esfera política na última eleição realizada no regime ditatorial, mesmo sem anuência do Conselho Nacional

de Diretores (CND) da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), então presidida pelo norte-americano Rev. Dr. George Russell Faulkner, e da sede internacional da *Foursquare Church* em Los Angeles, Califórnia. Missionários reconhecidos da CNE e fundadores da IEQ em Belo Horizonte (1972) e em Contagem (1973), contando com a crescente membresia dos cultos de cura e libertação e com a ampla audiência dos programas radiofônicos, o Pr. Mário de Oliveira concorre à Câmara Federal, enquanto que o Pr. Antônio Genaro se volta à Câmara Municipal de Belo Horizonte, sendo ambos eleitos na corrida eleitoral de 1982. A partir dessa investida pioneira de duas proeminentes lideranças quadrangulares na esfera política mineira e belo-horizontina, inicia-se uma longa trajetória na política secular que se estende por mais de três décadas e que acarreta maiores vantagens competitivas na política denominacional, como a ocupação do cargo de presidente do CND pelo Rev. Mário de Oliveira desde 1996, somando seis mandatos consecutivos, e de presidente do Conselho Estadual de Diretores (CED) de Minas Gerais pelo Rev. Antônio Genaro, em seu quinto mandato, isto é, desde a fundação do conselho nos anos 2000. Após a experiência bem-sucedida no legislativo municipal do Rev. Antônio Genaro, encenam o Pr. Henrique Braga (PSDB), atual presidente da CMBH, em seu oitavo mandato, e o Pr. Autair Gomes, líder de bancada do PSC, em seu quarto mandato.

Nas eleições de 1986, o Rev. Antônio Genaro candidata-se à Assembleia de Minas, mantendo-se no poder legislativo estadual por sete mandatos consecutivos, até que, em 2014, transmite a herança política e o apoio institucional da Igreja do Evangelho Quadrangular ao filho Leandro Genaro, pastor e apresentador do programa “À luz da palavra” pela Rádio 107,5 FM que, atualmente, está encerrando sua primeira legislatura pelo PSD. Ao passo que o Rev. Mário de Oliveira também acumulou em sua carreira política e pastoral sete mandatos como deputado federal, exceto nas eleições de 2002, quando perde o pleito para senador pelo PSC, sendo substituído na Câmara dos Deputados pelo vereador e advogado Carlos Willian (PST) – presidente da Rádio 107,5 FM, entre 1998 e 2000, administrada pela Igreja do Evangelho Quadrangular Ministério Templo dos Anjos sob a liderança do fundador Pr. Jerônimo Onofre da Silveira (ALEIXO, 2014). No entanto, o presidente nacional da IEQ não se afasta da esfera política nesse período, visto que foi convidado para o cargo de assessor especial no governo estadual Aécio Neves. Em seu último mandato na Câmara Federal, enfrenta um inquérito do Supremo Tribunal Federal com acusações de desvio de recursos públicos, sonegação fiscal, assassinio encomendado, corrupção de testemunhas, falsidade ideológica e formação de quadrilha. Sendo assim, renuncia ao mandato de deputado federal em 2013 em favor de seu suplente e sobrinho, Pr. Stefano Aguiar, reeleito ao cargo em 2014. Com o apoio do tio Rev. Mário de Oliveira, o administrador e pastor Stefano Aguiar ocupa o cargo de assessor especial no governo estadual de Aécio Neves entre 2005 e 2010, tendo alcançando a 1ª suplência nas eleições de 2010 como deputado federal pelo PSC. Diante de tais dinâmicas político-religiosas que permeiam o contexto estadual e municipal, compartilha-se a precisa análise sociológica

de Paul Freston (1993) no início do processo de redemocratização, de que Mário de Oliveira comanda a Igreja do Quadrangular em Minas Gerais como um “feudo pessoal”.

Por isso, a relação [de Mário de Oliveira] com a igreja é diferente da dos políticos da AD e da IURD. Ele não precisa passar por prévias e disputar a lealdade de oligarcas, nem curvar-se diante de um todo-poderoso bispo-fundador. E o melhor exemplo brasileiro da categoria restrita de pessoas, raras nas sociedades modernas, que ocupam posições de destaque numa igreja e num partido político [...]. Notabilizou-se pela ausência dos trabalhos constituintes. Consoante com o *ethos* da IEQ, em contraste com o da AD, Mário de Oliveira cultiva estilo e aparência desinibidos e modernos (FRESTON, 1993, p. 204-205).

No pleito de 1982, também se elegeram dois membros de denominações filiadas à Convenção Batista Nacional, o médico e empresário Roberto Vital, formado no Colégio Batista Mineiro, que ocupou a presidência do legislativo municipal de 1985 a 1986, mas que deixou o cargo ao ser empossado deputado federal, compondo assim, em sua última legislatura, a Assembleia Constituinte. E o advogado e empresário Paulo Almada, eleito deputado estadual na legislatura de 1983 a 1987 e deputado constituinte de 1987 a 1988 (FRESTON, 1993). Já em 1992, foram eleitos dois vereadores membros da Igreja Batista Central de Belo Horizonte, o administrador e militante Betinho Duarte (PT), que cumpriu três mandatos subsequentes, e o ex-jogador de futebol e fundador do ministério Atletas de Cristo em 1979, João Leite que encerra seu mandato como vereador em favor da eleição para deputado estadual em 1994, somando hoje seis mandatos consecutivos. No final dos anos 1990, denominações batistas, principalmente, renovadas começam a investir, não apenas indiretamente em líderes leigos, mas em candidatos oriundos de seu quadro eclesiástico. Como o caso do presidente da Igreja Batista Solidária, o Pr. Lincoln Portela (PST), conferencista, radialista e apresentador de TV em seu quinto mandato como deputado federal pelo PRB, que promoveu as candidaturas de seu filho Lincoln Portela, pastor, advogado e administrador, eleito deputado estadual em 2014, e de sua esposa Marilda Portela, professora e conferencista, eleita vereadora em 2016.

De modo similar às concorrentes evangélicas, a Igreja Batista da Lagoinha investe, em 2004, na candidatura ao legislativo municipal do Pr. Vanderlei Miranda (PSB), empresário e apresentador do programa Noite & Cia pela Rede Super de Televisão, que deixa a cadeira de vereador para se tornar deputado estadual pelo PMDB em 2006, totalizando três mandatos ininterruptos. Sua representatividade política é reforçada com o vereador Sérgio Tavares em 2008 (PHS) e 2012 (PV), que não se reelege em 2016, e com o vereador Elvis Cortês (PSD), eleito em 2012 e 2016, batizado na referida igreja e consagrado pastor pela Primeira Igreja Batista do Bairro Milionários. Apesar da acelerada ascensão de líderes eclesiásticos batistas, despontaram na política estadual e municipal representantes leigos próximos às comunidades de fé dessa denominação, por exemplo, o vereador Alberto Rodrigues (PL), empossado em 2004 e 2008, narrador esportivo, jornalista e Secretário de Estado de Esportes e da Juventude

no governo estadual de Aécio Neves de 2010 a 2011, que contou com a visibilidade do filho que é pastor auxiliar da Igreja Batista Getsêmani. O administrador e membro da Igreja Batista Getsêmani, Walter Tosta, eleito vereador em 1996, 2000 e 2004 na capital mineira, em 2006 deixa o mandato dada a eleição para deputado estadual, sendo que em 2015 se aposenta ao encerrar sua legislatura como deputado federal. O membro da Igreja Batista de Venda Nova, João Oscar (PRP), vereador em 2008, que defendeu em sua única legislatura uma proposta controversa de expansão do templo sede da Igreja Batista da Lagoinha. Além de vereadores que ingressaram recentemente no legislativo municipal, como Juninho Los Hermanos (PSDB), batista, empresário do ramo de restaurantes, e Juliano Lopes (PTC), profissional de educação física e membro da Igreja Batista Central do Barreiro, ambos no segundo mandato, Wesley Autoescola (PHS), empresário vinculado à Igreja Batista em Chamas do Barreiro, e Fernando Borja (PTdoB), advogado e apresentador do programa Geração José pela Rede Super de Televisão da Igreja Batista da Lagoinha, ambos na primeira legislatura na CMBH.

A Igreja Universal do Reino de Deus funda seu primeiro templo em Belo Horizonte, no ano de 1982, mas mesmo ao eleger um deputado federal à Assembleia Constituinte em 1986 e ao ampliar sua representação política com a posse de três deputados federais e seis estaduais em 1990, permanece restrita às capitais Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia até as eleições de 1994 (ORO, 2003b). Nessa época se observa o investimento em candidaturas ao legislativo estadual de Minas Gerais, sendo que as estratégias de proselitismo eleitoral só se mostram bem-sucedidas no pleito seguinte, em 1998, quando elege o Pr. George Hilton (PST), radialista e teólogo, que ocupou a cadeira de deputado estadual por dois mandatos e, hoje, cumpre seu terceiro mandato como deputado federal, o que se soma ao papel desempenhado como Ministro do Esporte nos anos 2015 e 2016. Nas eleições de 1998, João Paulo Gomes da Silva (PSD), radialista, jornalista e advogado, também alcança uma cadeira no legislativo estadual e avança para o nível federal nas eleições 2002, transferindo a vaga da Assembleia de Minas ao Bpo. Gilberto Abramo, radialista, cientista social, teólogo, atual presidente do PRB em Minas Gerais e que está em seu quarto mandato como deputado estadual. Contudo, no pleito de 2006, o Pr. George Hilton substitui seu antecessor leigo, João Paulo Gomes da Silva, dado que possuía vínculos institucionais estreitos e atribuições eclesiásticas dentro da denominação. A inserção de pastores e aliados iurdianos na Câmara Federal e Assembleia de Minas favorece a candidatura de líderes religiosos à Câmara Municipal de Belo Horizonte, como o Pr. Carlos Henrique (PL) que, a partir do ano 2000, manteve o cargo de vereador por três mandatos e, atualmente, está em sua segunda legislatura como deputado estadual pelo PRB. Já nas eleições de 2004, os investimentos políticos eclesiais se dirigem ao Bpo. Ricardo Chambarelle, que amplia a representação no legislativo municipal ao longo de dois mandatos pelo PRB. Em 2012, as vagas ocupadas pelos vereadores Pr. Carlos Henrique e Bpo. Ricardo

Chambarelle foram repassadas a dois novos membros eclesiásticos, o Pr. João Santos (PRB) e o Bpo. Fernando Luiz (PSB), ambos em seu segundo mandato.

Por sua vez, a Assembleia de Deus tende a apoiar indiretamente lideranças leigas, visto que não se identifica um investimento institucional expressivo e coeso em candidaturas oriundas de seu corpo eclesiástico, mas sim um considerável afastamento em relação à esfera política, refletindo traços sectários e milenaristas que, em certa medida, foram preservados no contexto mineiro até os dias correntes. Atualmente, conta com o vereador Jair Di Gregório, empresário, missionário, ex-cantor de dupla sertaneja e líder de bancada do PP, que cumpre sua primeira legislatura na CMBH, tendo concorrido sem êxito ao legislativo municipal em 2008 e 2012, bem como ao nível estadual em 2014. Outro ator assembleiano de destaque na Câmara Municipal, foi o comerciante Moamed Rachid, eleito a partir de 1992, somando seis mandatos consecutivos, alcança a 2ª suplência em 2012 e é empossado vereador em 2013, mas não se elege senador em 1998, deputado estadual em 2002 e 2010, deputado federal em 2012, nem vereador em 2016. Ademais, também ocupou o legislativo municipal, mesmo que por apenas um mandato, Edson Ribeiro de Souza (PTdoB), presbítero da Assembleia de Deus, eleito em 2008, o que não se repetiu nas corridas eleitorais de 2004, 2012 e 2016. Ao se comparar as lideranças leigas assembleianas com representantes de outras denominações evangélicas episcopais, como a Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, compreende-se que o modelo de governo eclesiástico congregacional influi na maior instabilidade das trajetórias políticas, dado seu descentramento administrativo, apoio indireto às candidaturas e ausência de um projeto político coeso que envolva o núcleo eclesiástico e a membresia de distintas congregações. Ao analisar a participação política da Assembleia de Deus no Rio Grande do Sul, Ari Pedro Oro evidencia que:

Os próprios líderes religiosos da Assembleia de Deus reconhecem, porém, que a dificuldade de eleger os candidatos “oficiais” se deve ao fato de que outros membros da Igreja também se lançam candidatos, dividindo, conseqüentemente, os votos dos irmãos. Como se pode notar, a política da Assembleia de Deus consiste na indicação e na declaração de alguns candidatos por parte da cúpula dirigente local, mas dá liberdade aos seus fiéis de votar em quem desejarem, e não desaconselha outros fiéis a apresentarem seus nomes a cargos eletivos (ORO, 2003a, p. 59).

Não obstante sua menor representatividade política no legislativo municipal, quando comparada às concorrentes cristãs mais aguerridas, a Igreja Pentecostal Presbiteriana conta com o apoio do vereador Irlan Melo, teólogo, advogado, pastor, apresentador do programa radiofônico e televisivo, “O Seu Advogado”, veiculado pela Rede Super de Televisão, e atual líder de bancada do PR, eleito em 2016 para seu primeiro mandato na CMBH. No entanto, os intercâmbios com a política belo-horizontina se iniciam com o romper do milênio, isto é, com a eleição do vereador Leonardo Quintão (PMDB) nos anos 2000, filho de Sebastião Quintão, fazendeiro, advogado, pastor presbiteriano e prefeito do município mineiro de Ipatinga pelo

PMDB por duas legislaturas. Antes do término do mandato como vereador, Leonardo Quintão renuncia para tomar posse como deputado estadual em 2002, elegendo-se deputado federal em 2006, 2010 e 2014 pelo PMDB.

Embora as controvérsias públicas em torno da questão de gênero e da moral cristã familiar tenham se propagado e alcançado uma significativa visibilidade no início da legislatura corrente, pode-se observar que projetos de lei progressistas e inclusivos foram combatidos, nos últimos mandatos, por vereadores conservadores e/ou evangélicos. Quanto à criação do “Dia Municipal da Parada do Orgulho Gay”, somam-se ao Projeto de Lei 224/2017 de autoria do vereador Pedro Patrus (PT), rejeitado pelo vereador presbiteriano Irlan Melo, então relator da Comissão de Legislação e Justiça, outras duas propostas de conteúdo similar que também foram rejeitadas. O Projeto de Lei 1690/2008 do vereador Sérgio Ferrara (PDT), uma década após a primeira realização da Parada do Orgulho Gay em Belo Horizonte, que abarcava ações de combate às práticas discriminatórias por orientação sexual, e o Projeto de Lei 1662/2015, também proposto por Pedro Patrus (PT), mas rejeitado tanto em votação no Plenário quanto pela Comissão de Legislação e Justiça, cujo relator foi o vereador com filiação batista Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV). É válido ressaltar que as propostas progressistas e inclusivas lançadas em 2008 e 2015 lidaram com a oposição de uma bancada evangélica que envolvia, pelo menos, 20% da Câmara Municipal.

A lista das rejeições dos vereadores conservadores perante as pautas progressistas em torno da questão de gênero se amplia ao se tratar outras temáticas, como o Projeto de Lei 199/2009 da vereadora Neusinha Santos (PT), que dispunha sobre políticas de combate às práticas discriminatórias por orientação sexual, rejeitado em votação no Plenário, bem como o Projeto de Lei 1853/2011, com conteúdo idêntico ao anterior, mas que agregou entre seus autores mais vinte vereadores. Contudo, mesmo com as assinaturas de mais da metade dos parlamentares, a articulação política não foi suficiente para assegurar a aprovação, visto que houve perda de prazo para apreciação pelas comissões responsáveis e arquivamento no fim da legislatura. Tais iniciativas se somam ao Projeto de Lei 2024/2011, também da vereadora Neusinha Santos (PT), em favor do uso do nome social de travestis, transexuais e congêneres em órgãos administrativos da Prefeitura de Belo Horizonte. Embora aprovado pela maioria das comissões, perdeu o prazo de apreciação pela Comissão de Administração Pública, cujo relator era o vereador batista João Oscar (PTdoB), sendo arquivado no término do mandato. Nessa perspectiva de promoção de políticas inclusivas, tem-se o Projeto de Lei 1199/2014 do vereador Pedro Patrus (PT) para assegurar o uso e a incorporação em registros de serviços públicos e privados do nome social de travestis e transexuais em âmbito municipal, mas que não contou com votação em Plenário nem apreciação da Comissão de Administração Pública.

Em contraponto à agenda progressista, a vereadora batista Elaine Matozinhos (PTB) assinou o Projeto de Lei 1725/2015 que, a partir de uma interpretação sanitária e disciplinar

incorpora e ressignifica categorias discursivas acionadas nos registros anteriores, propondo dispositivos de censura à liberdade de expressão através da criação da “Lei da Cultura Limpa de Preconceitos”, que visava proibir o direcionamento de recursos públicos e incentivos fiscais a produções e eventos artístico-culturais que fizessem apologia à homofobia, discriminação e violência contra as mulheres, racismo, exploração de menores, prostituição e uso de drogas. Em sintonia com essa tendência reativa que se apropria da questão de gênero sob o enfoque heteronormativo, despontou o Projeto de Lei 138/2017 do vereador batista Elvis Cortês (PSD), dirigido à prevenção e punição de assédio sexual em locais públicos, ou privados de acessos público, por ameaçar direitos, especialmente, das mulheres. Não obstante a premência de se coibir tais práticas de violência contra a dignidade, integridade e liberdade de circulação, cabe salientar que não se encontram no documento referências à comunidade LGBTIQ, senão às categorias dualistas, feminino e masculino, fundadas em visões sexistas.

Já a instituição do “Programa Escola Sem Partido” no sistema municipal de ensino vai a público, em 02 março de 2016, com o Projeto de Lei 1911/2016 de autoria do vereador batista Sérgio Fernando Pinho Tavares (PV). Porém foi retirado a pedido dos parlamentares Arnaldo Godoy (PT), Áurea Carolina (PSOL), Cida Falabella (PSOL) e Pedro Patrus (PT) que, com base no regimento da CMBH, demandaram a assinatura de no mínimo 21 vereadores, o que corresponde à maioria absoluta. A partir dos esforços do vereador batista Fernando Borja (PTdoB), que substituiu o protagonista do ESP no pleito de 2016, foram mobilizados outros 20 parlamentares concordantes ao Projeto de Lei 274/2017, de 20 de junho de 2017. O conteúdo do documento reproduz os princípios, justificativas, funções e deveres do professor, contidos nos projetos de lei que tramitam no Senado e Congresso Federal desde 2015, e que tiveram como modelo a proposta original idealizada pelo advogado Miguel Nagib em 2004. É relevante frisar que, em 13 de outubro de 2016, o vereador Gilson Reis (PCdoB) surpreendeu a classe política, a mídia e a opinião pública ao reagir à primeira investida conservadora do “Programa Escola Sem Partido” na educação belo-horizontina, lançando o Projeto de Lei 2035/2016 com vistas a instituir o chamado “Programa Escola Democrática”.

O Projeto de Lei Escola Sem Partido, sob o falso argumento do apartidarismo e da neutralidade no ensino, é a expressão de ações e orientações ideológicas de um movimento mais amplo, cujo ponto crucial e, portanto, mais grave, é que essas ações se inserem em um processo de judicialização da educação escolar brasileira, por meio da criminalização da função social do professor, pela prerrogativa da vulnerabilidade do estudante. Parte-se de um princípio valorativo que transforma exceções em regra, ao generalizar o que é particular, com base em uma determinada visão de mundo. É esta a questão que nos parece essencial ao debate, que em si se mostra desprovido de nexos com a realidade social e escolar, quando, ao contrário, seu espírito político-religioso compreende-se perfeitamente na lógica político-econômica do tempo presente. Não se trata de um movimento casual de extrema direita, mas de um movimento integrante da nova racionalidade mundial (RODRIGUES; PUCCI; PADILHA, 2017, p. 270).

Em consonância com os princípios que estruturam o “Programa Escola Sem Partido”, destaca-se a Proposta de Emenda da Lei Orgânica 3/2017, apresentada em 11 de outubro de 2017, resultante da aliança do vereador assembleiano Jair Di Gregório (PP) com outros doze parlamentares de diferentes filiações religiosas e partidárias, que determina a não deliberação de proposições legislativas que pretendam aplicar a ideologia de gênero, e os termos gênero ou orientação sexual, em regulamentação política de ensino, currículo escolar ou disciplinas obrigatórias, complementares ou facultativas. Apesar do parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade assinado pelo vereador batista Fernando Borja (PTdoB), Cida Falabella (PSOL) e Arnaldo Godoy (PT) recorrem ao Ministério Público de Minas Gerais que, em 15 de dezembro de 2017, concluiu pela inconstitucionalidade.

Considerações finais

A alta representatividade de vereadores evangélicos, quase 30% do total de cadeiras do legislativo municipal, e sua variedade confessional, cinco das maiores religiões do mercado religioso local, contribuíram com a irrupção e publicização de controvérsias pela bancada já no primeiro ano da legislatura. Expressas pela rejeição em 1º turno do Projeto de Lei 224/2017 para criação do “Dia Municipal da Parada do Orgulho Gay”, em 30 de maio de 2017, pela proposição do Projeto de Lei 274/2017, de 20 de junho de 2017, para instituição no sistema municipal de ensino do “Programa Escola Sem Partido” que, aliás, tramita na Câmara Federal e no Senado, desde 2015, visando alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Proposta de Emenda à Lei Orgânica 3/2017, no dia 11 de outubro de 2017, que busca impedir que deliberações parlamentares regulamentem políticas de ensino e currículo escolar que tratem da ideologia de gênero ou que expressem os termos gênero ou orientação sexual, e pelas votações, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2017, do Plano Plurianual de Ação Governamental de 2018 a 2021 e da Lei do Orçamento Anual de 2018 que levaram ao corte de recursos dirigidos à comunidade LGBTIQ. Com vistas a uma articulação parlamentar mais coesa em defesa da instituição familiar e de interesses religiosos, em 04 de setembro de 2017, foi oficializada a bancada cristã no legislativo municipal, com a presidência de Jair Di Gregório (PP), missionário assembleiano, vice-presidência de Pedrão do Depósito (PPS), integrante de movimentos de base católicos, e coordenação de Autair Gomes (PSC), pastor quadrangular atualmente em seu quarto mandato consecutivo. Aglutinando não somente correligionários evangélicos, mas também católicos, espíritas e outros com posicionamentos condizentes com essa agenda política, a bancada evangélica na capital mineira conseguiu duplicar seu número de representantes – afinados com as palavras de seu presidente, de que “o grande patrimônio de Minas Gerais é a família”.

Referências

- ALEIXO, Vitor Corrêa. *“Deus faz, o Templo dos Anjos mostra”*: perfil eclesial e adesão religiosa na Igreja do Evangelho Quadrangular em Belo Horizonte. 2014. 105 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.
- ANTONIAZZI, Alberto. Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto? *Horizonte*, Belo Horizonte, v.3, n.5, p.13-39, 2º sem. 2004.
- BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade*: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – CMBH. *Atividade Legislativa*. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- FRESTON, Paul. As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América Latina. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13-30, out. 2010.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil*: da Constituinte ao Impeachment. 1993. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, v. 6, p. 329-340, 1999.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, jul./dez. 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião*: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, jul./set. 2014.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, jul./dez. 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-72, jul./dez. 2015.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, p. 710-728, out./dez. 2016.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MARIANO, Ricardo; ORO, Ari Pedro. Eleições 2010: Religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 10, n. 16, p. 9-34, jul./dez. 2009.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, jan./jun. 2012.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 7-16, maio 2009.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 115-132, jun. 2006.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 53, p. 53-69, out. 2003a.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 97-109, jun. 2003b.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-213, ago. 2017.

RODRIGUES, César Augusto; PUCCI, Bruno; PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que move o movimento Escola Sem Partido? *Comunicações*, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 267-282, maio/ago. 2017.